



ACÓRDÃOS DO TRE-RN

PETIÇÃO (1338) nº 0600056-22.2020.6.20.0000

PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - REGISTRO DE PARTIDO POLÍTICO - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO PETICIONANTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA ADVOGADO: DONNIE ALLISON DOS SANTOS MORAIS - RN0007215A EMENTA PETIÇÃO. AFASTAMENTO DE SANÇÃO. SUSPENSÃO DE REGISTRO OU ANOTAÇÃO. ÓRGÃO PARTIDÁRIO MUNICIPAL. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016. IMPLEMENTAÇÃO DA RESTRIÇÃO À MARGEM DA DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHECEU A SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. INSUBSISTÊNCIA DE FUNDAMENTO. PEDIDO ACOLHIDO. QUESTÃO DE ORDEM. REVISÃO DE OFÍCIO DE SITUAÇÕES SEMELHANTES. ACOLHIMENTO.

- Caso concreto

1- Trata-se de petição veiculada pelo Diretório Estadual do Partido da Social Democracia Brasileira –PSDB/RN, por meio da qual, inclusive a título de tutela de urgência, pleiteia a revogação de sanção consistente na suspensão do registro ou anotação de seu órgão diretivo no Município de Arês/RN, implementada pela Secretária deste Tribunal em decorrência (mas não por determinação) da decisão que julgou não prestadas as contas do referido diretório municipal relativamente ao exercício financeiro de 2016. - Solução

2- A sanção de suspensão do registro ou anotação de diretório de partido político inadimplente com o dever de prestar contas anuais, nos termos da previsão contida

no inciso III do art. 28 da Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), não prescinde de determinação judicial específica, sendo de rigor o afastamento da restrição lançada pela Secretaria do Tribunal à margem da decisão que reconheceu a omissão partidária.

- Questão de ordem

3- Por meio de Questão de Ordem, DETERMINAR à Secretaria Judiciária que faça a revisão de todas as suspensões do registro ou anotação dos órgãos partidários regionais e municipais, inseridas em decorrência de decisão judicial que reconheceu a omissão no dever de prestar contas anuais, de modo a excluir, de ofício, todas as restrições anotadas à margem do provimento que julgou as contas como não prestadas.

PROCLAMAÇÃO

ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por maioria de votos, em ratificar a liminar deferida pelo relator, vencido o Juiz José Dantas de Paiva e, em questão de ordem, também por maioria, em ampliar o alcance da medida liminar a todos os casos idênticos, nos termos sugeridos pelo relator, restando vencido neste particular os Juízes Carlos Wagner e José Dantas de Paiva, nos termos do voto do relator e das notas de julgamento, partes integrantes da presente decisão. Anotações de comunicações .

Natal, 24 de março de 2020 (DJE de 01 de abril de 2020, pag.03/04).

Juiz FERNANDO DE ARAUJO JALES COSTA
Relator



MANDADO DE SEGURANÇA (120) nº 0600012-03.2020.6.20.0000

EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA. NEGATIVA DE EMISSÃO DE CERTIDÃO E PROCESSAMENTO DE REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA. JUIZ ELEITORAL INCOMPETENTE. PRETENSÃO MANDAMENTAL INSUSCETÍVEL DE CONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1- Não compete ao juiz eleitoral deferir requerimento de transferência ao eleitor que não estiver quite com a Justiça Eleitoral, tampouco determinar a regularização, o cancelamento ou a suspensão de inscrição que não pertença à sua jurisdição (inteligência do art. 61 do Código Eleitoral c/c do art. 42 da Res.-TSE nº 21.538/2003).

2- Nos termos da posição clássica do Superior Tribunal de Justiça, a indicação errônea da autoridade coatora, que importe a mudança de competência, rende ensejo à extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos art. 485, IV e VI, do CPC.

PROCLAMAÇÃO

ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade de votos, em extinguir o feito sem resolução de mérito, nos termos do voto do relator, parte integrante da presente decisão. Anotações e comunicações.

Natal, 12 de março de 2020 (DJE de 14 de abril de 2020, pag.04).

Juiz FERNANDO DE ARAUJO JALES COSTA
Relator

DECISÕES MONOCRÁTICAS DOS JUÍZES DO TRE/RN

PETIÇÃO N.º 0600025-02.2020.6.20.0000

ASSUNTO: Partido Político - Órgão de Direção Municipal, Registro de Partido Político

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado pelo DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD/RN contra decisão deste relator (ID 2187121), que declinou da competência para apreciar o pedido de tutela de urgência para sustar a penalidade de suspensão ou anotação do órgão partidário municipal decretada na Prestação de Contas n.º 0000067-44.2019.6.20.0030, e determinou a remessa dos autos ao Juízo da 30ª Zona Eleitoral de Macau/RN.

O peticionante postula a reconsideração da mencionada decisão, sob o argumento de que compete ao TRE/RN, nos termos do art. 17, incisos XXIV e XXV, do Regimento Interno, cumprir as decisões e instruções do TSE, além de determinar, em caso de urgência, providências para a execução da lei, e que, no presente no caso, há decisão do STF, proferida na ADI 6032, e a Portaria PRES/CRE n.º 04/2019 deste TRE, que determinou a abstenção do registro dos casos de suspensão do registro ou da anotação dos órgãos partidários, nas hipóteses abarcadas pela decisão da Suprema Corte, a respaldar o deferimento da medida de urgência pelo Tribunal. Sustenta ainda que, além disso, nos processos 0600022-47.2020.6.20.0000 e 0600027-69.2020.6.0000, de relatoria do Juiz Fernando de Araújo Jales Costa, que trataram



de pedidos de tutela provisória de urgência com os mesmos fundamentos do pedido formulado neste feito, o partido requerente obteve decisões favoráveis daquele relator para afastar a suspensão imposta aos diretórios municipais de Felipe Guerra/RN e Serra de São Bento/RN.

Aduz que a demora na análise da medida de urgência, no caso em tela, poderá acarretar dano irreparável ao partido, uma vez que, estando em ano eleitoral, a agremiação necessitará alistar seus filiados e realizar convenções para a escolha de candidatos ao pleito municipal.

Ao final, pugna pela reconsideração da decisão deste relator ou, alternativamente, pela submissão do pedido a julgamento em plenário, "já que há conflito de entendimento entre os MM Juízes eleitorais deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte".

É o relatório. Decido.

Na hipótese, o partido maneja pedido de reconsideração, com intento de impugnar decisão interlocutória proferida por este relator, declinando sua competência para apreciar o feito. Entretanto, não há previsão no ordenamento jurídico pátrio considerando o pedido de reconsideração como meio de impugnação de decisões judiciais, sendo o efeito regressivo conferido somente em hipóteses pontuais, como, por exemplo, no agravo interno, consoante dispõe o art. 1.021 do CPC e art. 253 do Regimento Interno deste Tribunal.

Também cumpre pontuar que se afigura como incabível a interposição de agravo interno contra decisão interlocutória proferi-

da nos feitos de natureza eleitoral, conforme dispõe o art. 19 da Resolução TSE n.º 23.478/2016, verbis:

Art. 19. As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas a preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito. §1º O Juiz ou Tribunal conhecerá da matéria versada na decisão interlocutória como preliminar a decisão de mérito se as partes assim requererem em suas manifestações.

Nesse passo, torna-se também impossibilitado, na espécie, o recebimento do pedido de reconsideração como agravo interno, na linha da jurisprudência do TSE, já que "a incidência do princípio da fungibilidade recursal exige a coexistência de circunstâncias de atendimento aos pressupostos recursais intrínsecos, extrínsecos e específicos, entre eles a ausência de erro grosseiro e a tempestividade" (AI nº 305-25/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJE de 22.5.2018).

Assim, não havendo previsão legal no sentido de considerar o pedido de reconsideração como meio de impugnação de decisão judicial, nem sendo viável, na hipótese, a aplicação da fungibilidade para a conversão em agravo interno, dado o não atendimento dos requisitos para tanto, não merece conhecimento o pedido de reconsideração apresentado em face da decisão de ID 2187121.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de reconsideração formulado pelo órgão estadual do Partido Social Democrático.



Informativo TRE-RN



Natal/RN, 18 de março de 2020 (DJE de 14
de abril de 2020, pag.07/08).

Juiz RICARDO TINOCO DE GOES

Relator